

Discurso proferido pelo D^{R.} Rafael Xavier, Presidente da A. B. M.

FOI até certo ponto natural a subordinação que os estadistas do Brasil independente impuzeram às províncias e, através delas, aos municípios, visando preservar a unidade nacional esta majestosa criação política, alegria de nosso pensamento diante de área territorial tão grande, sôbre a qual se estende um povo tão homogêneo, apesar de sua variada composição.

O govêrno colonial, ignorando a voz do povo, segundo a confissão do Marquês do Lavradio, não animara o surto da democracia municipal, jungira todos os povoados ao absolutismo do centro, embora em alguns, com população mais bem constituída, se tivesse podido desde cedo dar início ao municipalismo. Prevaleceu o mau juízo que a metrópole fazia do povo do Brasil através de informações pejorativas, como as daquele mesmo Vice-Rei, que dizia: "... Devia-se impedir que se estabelecessem ali advogados, letrados e outros de espírito irrequieto, pois o povo, em geral mau educado..."

Com a independência, a Constituição de 1824 atribuiu às Câmaras "o govêrno das cidades e vilas" e a "formação de suas posturas policiaes, aplicação das suas rendas e tôdas as suas particulares e úteis atribuições", parecendo assim que caminhávamos para a autonomia, mas os acontecimentos posteriores desacreditaram essa perspectiva. O clima social não favorecia a implantação do municipalismo, fâcilmente conversível num regime caudilhesco apoiado nos latifúndios em que o interior do país se dividiu. Na amplitude do território as povoações não eram, como as cidades do mundo antigo, produto da necessidade de defesa contra vizinhos ameaçadores ou contra a incursão de bárbaros. A defesa fazia-se necessária contra a desordem interna dos núcleos de povoamento — a impunidade do crime, o facciosismo da autoridade local, o caciquismo — cujos sulcos profundos ainda não se apagaram da fisionomia de nossa política. Dêste modo firmou-se a tradição centralista. Erigido como presumível árbitro dos dissídios, o Govêrno central era garantia contra os abusos do mandonismo e músculo propulsor da difusão da ordem jurídica e da cultura social.

Sob muitos aspectos, a obra realizada é admirável, dignos de alto culto cívico os seus autores — estadistas do Império, que com descortino afastaram a nação das encruzilhadas tumultuosas do primeiro quartel do século XIX, guiando-a para

a estrada desimpedida que o segundo reinado percorreu; estadistas da República, que reproduziram os mesmos esforços colocando a integridade nacional, acima do objetivo pessoal ou partidário.

O temor da desagregação justificara o centralismo. Mas a República surgiu como corretivo do prolongado unitarismo, sendo êste já então uma causa do mesmo temor.

Nos últimos anos do Império, sentiu-se forte necessidade de uma reforma descentralizadora. E o próprio trono a sugeria "no sentido de desenvolver o espírito liberal de nossas instituições". Infelizmente, se retardou a reforma que, se realizada antes, teria facilitado a tarefa da República.

Com a República e o regime federativo, desmembra-se a unidade, e o que parecera uma temeridade já conta mais de meio século de experiência tranquilizadora. Já não era possível, porque existissem províncias sem capacidade para a autonomia, sacrificar o legítimo interesse daquelas que a possuíam. Pena foi que, ao ensejo da reforma republicana, não se haja levado em conta essa diferença, em face da qual a divisão política deveria ter sido modificada, classificando-se como "territórios" as áreas ainda insuceptíveis de constituir Estados, e dando-se a êstes limites menos incertos.

Sôbre a procrastinação da reforma descentralizadora, fala-nos a seguinte nota do "diário de André Rebouças". Discutindo a Federação, disse o Imperador: — "Prado, eu sou republicano... Todos o sabem. Se fôsse egoísta, proclamava a república para ter glórias de Washington... Sômente sacrificava o Brasil à minha vaidade... Porque as pequenas províncias não têm pessoal para a federação e seria um desgovêrno geral, que acabaria pela separação".

O perigo do federalismo — tanto maior porque faltou o estágio preparatório sob o regime monárquico e porque as províncias foram convertidas em Estados por simples passe de mágica, sem atenção ao fator geopolítico — foi vencido: mantém-se a integridade do país, a federação sobrevive.

Restou o problema dos municípios; tecla em que se bateram sucessivas falas do trono, como que associando a reforma da administração municipal a dois outros importantes objetivos: reorganização da magistratura, combate à ociosidade.

A autonomia dos Municípios na Constituição da República quase nada significa como descentralização. Hoje, a História se repete: a descentrali-

zação, em benefício do município, é uma necessidade tão premente quanto foi, no fim do século passado, em favor das províncias. Se há municípios que ainda não tem pessoal para o municipalismo, outros, há, e numerosos, cuja capacidade de auto-política, isto é, de plena expansão administrativa, só depende da reforma que lhes assegure maiores rendas autônomas.

Hoje, do panorama do país, o que ressalta como perigo de desagregação — não no sentido geográfico mas no sentido social — é o desequilíbrio econômico. Pouca repercussão tiveram as reformas políticas sobre a economia, no sentido de melhorá-la. Desde os últimos tempos da monarquia até o presente, vive a nação num estado de crise econômica, que seria leviandade diagnosticar como simples crise de crescimento.

Absorvidos pelo complexo problema da organização política e da ordem jurídica, e paralelamente pelos partidarismos e personalismos, os estadistas descuidaram-se dos fatos econômicos. E as realidades econômicas atuaram profundamente, criando uma situação desconcertante, que faz periclitar a estabilidade das instituições políticas.

Em crônica recente escreveu LINS DO RÊGO:

"A mediocridade que nos marca é medíocre demais. Aí estão os homens para as nossas verificações ao natural. São, na quase totalidade, uma miséria de gente, uma seleção às avessas de valores. Será que assim foram os que nos antecederam em outras gerações! E' o que me alarma. Seremos um povo com esta terrível marca de inferioridade para o comando, para as soluções do Estado!"

Essa marca de inferioridade, de que nos fala o excessivo pessimismo do escritor, eu penso que é somente o efeito do pauperismo. A pobreza material e riqueza de espírito, podem ocorrer no indivíduo, mas na coletividade onde haja degradação econômica, parece inevitável a miséria do espírito. Como, porém, pensar em pauperismo, se o país é rico de possibilidades, segundo sempre se repete!

Sem dar ênfase ao elogio dessas possibilidades, temos de reconhecer que o pauperismo não se justifica no Brasil. Esse mal resulta do fato apenas de não ter o pensamento diretor da vida nacional sido econômico e sim político.

A angústia da crônica de Lins do Rego, é a mesma que faz o conteúdo do inquérito — "À margem da história da República", publicado há cerca de 30 anos. Passaremos em revista o notável inquérito, iniciativa digna de reprodução periódica.

CARNEIRO LEÃO via um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político; acusava a falta de partidos, a falta de voto secreto. Para Celso Vieira, o pecado mortal daquela geração era o espírito sem ideais, atraçando o dos que fizeram a Constituição de 1891.

GILBERTO AMADO dizia:

"O que é evidente é que os elementos sociais da atualidade brasileira são os mesmos que existiam no fim da Monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos Estados do Sul. A Constituição republicana sobre o restante do país exerce a mesma ação nominal que exercia a monarquia"... "leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a república, torná-la antes de tudo brasileira"... "O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dêle é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprêgo público que o novo regime não pôde conjurar, antes acorçoou porque, não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos, ..." "Podemos acusar a República, deixando de considerar nos erros peculiares ao meio, de não ter, principalmente, compreendido desde logo o seu papel educador. Refiro-me ao papel educador, porque o dever máximo dos políticos em um país como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental, que José Bonifácio quis exercer e não pôde, infelizmente para o Brasil, senão por tão curto prazo".

NUNO PINHEIRO exprimia numa frase todo um rosário de causas negativas: "república de deficits orçamentários e pois de finanças avariadas", um truismo, é certo, mas de que muita gente desdenhou, não faltando quem pretenda o prosseguimento indefinido do sistema de construir por conta do deficit".

OLIVEIRA VIANA, indicava o desacôrdo entre o idealismo da Constituição de 1891 e a realidade nacional — a falta de opinião pública, a inexistência de um eleitorado tornando independente pela difusão da pequena propriedade, pelo espírito corporativo, por uma boa organização judiciária com magistratura autônoma, dotada de força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais.

PONTES DE MIRANDA queria uma grande reforma no sentido de libertar o país e peias e parasitas, uma organização baseada na boa divisão do trabalho, uma política de produção. Tocava, com espírito arguto, no ponto nevrálgico — dizendo:

"Os Estados em que cresce o número dos sem trabalho fazem recair na propriedade privada as despesas que permitem a ordem a despeito da população desocupada; às vezes são gastos policiais mantenedores das forças repressivas e opressivas, ou tendentes ao barateamento da vida; outras vezes, diretas, espoliações ou encargos sem método, em legislação social que pouco adianta aos operários e desgraça as indústrias".

Revelava-se PONTES DE MIRANDA um adepto fervoroso do fortalecimento da União, afirmando:

"Só há uma unidade real no Brasil, o império, a nação... "O município é uma abstração, abstração também é a província".

Mas ao lado dessas ousadas e frágeis afirmativas, lapso de um brilhante espírito, tocou de novo no âmago da questão, com estas nobres palavras que sublinham o *mal secreto*.

"que nos vale a nós, homens conscientes e cultos, as homenagens superficiais e passageiras, os cargos decorativos — as glórias efêmeras, se os nossos irmãos de certas zonas rurais, sob o despotismo do chefe político, ainda se acham em regime nitidamente colonial!"

Êstes conceitos entremostam o pensamento centralizador de PONTES DE MIRANDA, que esquecia entretanto o que havia de relevante no compromisso histórico representado pela federação, e

não atentava no fato de que o chefe local tanto podia agir sob a influência do centro estadual como do federal. O principal, porém, era o fato de se colocar o escritor, já naquela época, no eixo de nossa campanha, compreendendo que nenhum regime pode fazer a felicidade do Brasil sem correr a inferioridade a que foram relegadas as populações rurais, o contraste chocante a que se referiu ROQUETE PINTO na "Rondonia" — "Há uma diferença tão grande entre o que são os brasileiros das cidades e o que padecem as populações sertanejas, que até parecem habitantes de dois países diversos".

TRISTÃO DE ATAÍDE, fazendo o paralelo da política e das letras, mostrava que, com a República, os homens de letras tenderam ao isolacionismo, no desencanto causado pelo militarismo dominando a política. O Brasil não poderia ter conseguido, por uma troca de regime político, mudar de estrutura.

"O Brasil, dizia o escritor, formara-se às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter eleições..."

O livro encerrava-se com dois estudos de VICENTE LICÍNIO CARDOSO, um sobre o caráter excepcional de BENJAMIN CONSTANT; o outro constituía uma tentativa de interpretação da realidade brasileira. Falou de uma *verdade sombria que nos atormenta*, concluindo: "O Brasil é o símbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Ele é, porém, também, o símbolo vivo de todas as nossas dificuldades, gravíssimas e tenebrosas, do presente". Dando à questão educacional a primazia, citava RUI. (O célebre relatório de 1882 sobre a instrução pública):

"Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras".

A conclusão da obra sintetizava-se numa frase:

"A grande e triste surpresa de nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou".

Tranquilizemo-nos: só existe meia verdade nessa dolorosa afirmação. Mas o inquérito é uma peça de grande valor na pesquisa das causas do *mal secreto* da organização nacional.

A interpretação desse mal já havia ocupado as vigílias de ALBERTO TORRES, cuja obra é o início da nova consciência que se vem formando para restabelecer, na direção política do país, o primado dos imperativos econômicos, ditados pelas realidades do solo, natureza, meio social, trabalho, capital, que condicionam o bem-estar e o progresso de uma nação e oferecem perspectiva à manifestação da grandeza dos homens.

Outra afirmação triste da conclusão do inquérito foi esta: "... vemos a cada momento, em torno de nós, a negação não só de tudo o que sonhamos, também de tudo o que pensamos".

Alguns erros, e graves, terão sido praticados em nosso governo, para que se formasse esse desânimo, essa tristeza, marcando sucessivas gerações.

Sob vários aspectos, é inegável que o Brasil de hoje, confrontando com o da época do inquérito, demonstra acentuado progresso. Existe o voto secreto e os partidos começam a se caracterizar. As eleições são irrepreensíveis, nas mãos de uma justiça eleitoral prestigiada. A imprensa livre é uma grande força. A Indústria cresceu. O poder legislativo não vive agachado aos pés do executivo. O espírito cooperativo está representado em poderosas associações e iniciativas de vulto. As forças armadas, colocando-se ortodoxamente acima dos prélios políticos, limitam-se à sua função específica ao mesmo tempo que se aprimoram como instituição cultural, desenvolvendo, em colaboração com o meio civil, estudos e planejamentos de alta importância.

De toda a investigação a que me tenho referido, destaco três pontos. Um está naquela afirmação de PONTES DE MIRANDA de que, no contraste assinalado entre o Brasil interior e os grandes centros de progresso industrial e social, fato que é a própria razão de ser da campanha municipalista. O terceiro, no problema da educação nacional.

Hoje, com a documentação acumulada, com a experiência das reformas realizadas e com a obra dos diversos institutos de pesquisa e análise, ao lado da generalização do gosto pelos estudos econômicos, o problema brasileiro, o *mal secreto* coloca-se mais facilmente em equação.

Já não há lugar para as imputações ao bacharelismo ou ao militarismo, ao unitarismo ou ao federalismo, nem para a discussão fútil da atribuição das responsabilidades, se aos homens, se às instituições nem para se pensar que o fortalecimento da União depende de um embarcamento de poderes e de serviços, nem para a idéia, completamente errada, de meter todo o país numa uniformidade de moldes.

Nosso conceito de Municipalismo repele o que há de excessivo na frase de PONTES DE MIRANDA — "O Município é uma abstração", mas não se choca com a idéia do fortalecimento da União; ao contrário, o que esperamos é ver a União fortalecida pelos resultados de uma atividade produtora mais ampla, quando os municípios puderem assumir a incumbência total de seus peculiares interesses.

Imputemos, entretanto à União a responsabilidade da desordem financeira, cujas consequências se acumularam como forças negativas nos municípios, no âmbito rural, principalmente, sacrificado ao egoísmo dos grandes centros. É que, ao lado da centralização política, realizou-se pela via da inflação, velha no Brasil de mais de sessenta anos, a concentração da riqueza, o urbanismo perdulário, cujo reverso é o empobrecimento das populações rurais. O Municipalismo levanta-se contra esse mal.

A desvitalização dos municípios, revelara-se como o fato mais grave dentre os erros de política econômico-financeira da República. Pouco importa que o erro viesse de época anterior. O dever da República era agir firmemente no sentido de corrigi-lo.

Quando eram duas forças — a da União e a dos Estados — contra uma fraqueza — a dos municípios — era fácil resolver-se se o problema das finanças pelo jogo da inflação; aumentava-se a renda dos poucos grandes centros, à custa da penúria dos pequenos que formam o Brasil rural. Essa possibilidade hoje parece extinta e apresenta-se o dilema: ou a reforma ou a situação imprevisível, que resultaria do prolongamento do impasse.

Eis o Municipalismo como se apresenta hoje na política nacional. Ei-lo como força política necessária para apoiar uma reforma indispensável da estrutura brasileira.

Vejamos o terceiro ponto a que me referi — o problema educacional.

E' ainda a crítica de PONTES DE MIRANDA que me servirá de ponto de referência.

Muito acertada foi a indicação que fez de uma reforma concernente à divisão do trabalho.

Este é o ponto fundamental, o ponto de partida para o embasamento de nossa reorganização social e de nossa grandeza econômica. O instrumento adequado só pode ser a educação dirigida moral e tecnicamente não só para o aproveitamento das vocações como também para seu ajustamento às necessidades coletivas. Nem sempre será vocação, a aspiração individual, que deva prevalecer, porque a coletividade sofre um grande dano se, pela facilidade que encontrem as vocações, se aumenta demasiadamente o afluxo numa atividade menos importante e se diminui paralelamente em outra, que é chave de riqueza.

Algumas idéias correntes, de fundo demagógico, são inconciliáveis com a finalidade da educação assim considerada como instrumento disciplinador da divisão do trabalho social. Por exemplo: a gratuidade do ensino secundário e superior; a expansão imoderada do sistema ginasial; as próprias escolas profissionais de caráter vago; não vinculadas — precisamente ao meio industrial a que pretendem servir.

As estatísticas permitem hoje um levantamento de parte do Brasil trabalhador, num período de trinta anos, quadro impressionante como indicação de que temos caminhado para o improdutivismo.

Já não há motivo para insistir no tema da ociosidade. Dado o grande vulto da população infantil, a proporção entre a população total é razoável — um pouco acima de 30%. A parcela dos indivíduos de 10 a 19 anos sem ocupação escolar tem decrescido relativamente.

Para o confronto estatístico dispomos dos dados referentes a dez unidades da Federação (Pará, Marankão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro,

Distrito Federal e Rio Grande do Sul) que nos permitem comparar com certa segurança as situações reveladas pelos censos de 1920, 1940 e 1950.

Na distribuição da atividade, manifesta-se o vício ingênito de nossa formação. Vejamos o seguinte quadro, em que se englobam as dez referidas unidades:

CIFRAS REFERENTES A 10 UNIDADES
FEDERADAS

	1920	1940	1950
Ocupação total	3.441.658	6.067.880	7.081.032
a) pessoas ocupadas em agricultura, pecuária, indústria de transformação	2.555.833	3.748.368	4.519.196
b) pessoas ocupadas em comércio, transportes; comunicações	333.962	519.113	706.413
c) pessoas ocupadas em administração, defesa e segurança públicas	113.539	237.398	271.857
d) pessoas ocupadas em outras atividades e profissionais inativos	438.324	1.563.001	1.943.566

De onde deduzimos as seguintes percentagens:

	1920	1940	1950
grupo a) produção	74,2	61,7	58,7
grupo b) comércio	9,7	8,6	10
grupo c) governo	3,3	3,9	3,8
grupo d) outras atividades e profissionais inativos	12,7	25,8	27,4
	100	100	100

Como se vê, foi enorme o decréscimo, em números relativos, no grupo a), que se dedica ao esforço básico da produção e portanto não é de estranhar o pauperismo. Nos grupos b) e c) não aparece alteração. O grupo d) reflete todo o desequilíbrio.

No grupo a) a agricultura, a pecuária, e a indústria extrativa, em 1920, absorviam 60,7% da ocupação total; em 1940, somente 53,5, e em 1950 apenas 48,2. Desfalque formidável num país onde o trabalho agrícola ainda se executa na maior parte com instrumentos e por processos rudimentares! Nenhum outro fator estará contribuindo tanto para o encarecimento da vida e a inflação, quanto esse desvio de força de trabalho, que em vez de se somar à lavoura e às indústrias, deriva para ocupações não produtoras.

Essa tendência tem origem naquela *inversão da ordem das vicissitudes humanas*, a que se referiu JOSÉ BONIFÁCIO em discurso sobre a corrupção do Brasil pela escravidão:

"Então, senhores — perguntava o patriarca — como podem regular a justiça e a virtude, a florescer os bons costumes entre nós! Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quase que perco de todo as esperanças de ver o

nosso Brasil um dia regenerado e feliz, pois que se me antolha que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência traz todos os vícios após si”.

Nosso sistema educacional nunca se adaptou à obra educativa mais necessária ao Brasil: a educação para o trabalho, para a economia, para a cura dos vícios que nos ficaram como legado canceroso da escravidão. A herança nefasta aí se espelha na desinclinação de nossa gente para as atividades manuais, que foram durante séculos o ônus do estado servil. E essa tendência do branco não podia deixar de influir nos libertos e seus descendentes, dada a falta de providências que os libertassem também da anarquia no gozo da liberdade.

Ora, não é possível continuarmos a marcha para o improdutivismo, que é a negação de todas as possibilidades de um auspicioso destino nacional. O *mal secreto* não é senão essa tara, de que precisamos a todo custo nos salvar.

O país necessita de grandes capitais para a reforma rural, para a expansão industrial, para a grandeza social, mas os capitais não se formam num país que se fez o paraíso dos improditivos.

O Municipalismo reivindica uma política decisiva em defesa das atividades produtoras. Aos que se mantêm nelas devem ser proporcionadas as melhores vantagens. Este objetivo é inconciliável com a demagogia que encontra clientela tanto mais numerosa quanto maior é o grupo de desajustados que clamam pelo direito de viver e que, em última análise, não são culpados do seu desajustamento. Complexa questão, portanto, é essa. Ao mesmo tempo que se fechar uma porta, será preciso abrir outra, oferecer outro caminho, desdobrar novo horizonte.

Seja como for a segurança do futuro brasileiro exige providências que reajustem a produção e o consumo, fixem maior proporção de trabalhadores na agricultura e na indústria, descongestionem os centros onde se acumulam os excessos de população que as atividades produtoras não conseguem absorver nas condições atuais.

Evoquemos a lição de ALBERTO TORRES: o problema vital do país é o problema de sua organização. E concluamos com êle: “a primeira coragem de que nos cumpre dar provas é a longa, máscula e paciente tenacidade necessária para empreender e sustentar o esforço que essa obra exige”.

Falei anteriormente no impasse, no beco sem saída. E’ a situação a que chegamos, levados pela inflação. Mostrei que o Municipalismo, no cenário Nacional, toma o sentido de uma resistência a esse jogo. Dêste modo fechar-se-á a porta por onde se facilitou a entrada de tanta gente na classe improditiva. Mas o Municipalismo também se

oferece para ajudar a abrir a outra porta, a de nossas esperanças em melhores dias.

A análise estatística mostra claramente a marcha da população para a improdutividade. Já vimos que é no âmbito rural que se situa a origem do movimento, por uma razão bem simples: a atividade agrícola em sua generalidade, rende menos que qualquer outra. Dêste modo, precisando aliviar a concorrência entre seus membros, regeita uma grande parcela, que transborda para as cidades do interior. Por isso mesmo verificamos, entre 1920 e 1950, enorme crescimento da população urbana, mais acentuadamente nas cidades do interior, todas elas portanto com um grande número de marginais.

E’ aí, portanto, nas cidades do interior, que se deve criar a atividade nova que, sem fazer concorrência aos estabelecimentos existentes, realize o aproveitamento daqueles a quem se fechar a porta das atividades improditivas.

E’ evidente que as duas portas, uma fechando-se outra abrindo-se, devem funcionar simultânea e coordenadamente.

Tudo isso concorre para demonstrar a relevância do Municipalismo como instrumento necessário na reorganização nacional, de um lado exercendo influência para o estabelecimento de uma política-financeira anti-inflacionária, considerando não apenas os fatores monetários, mas também os fatores demográficos e sociais; de outro lado fazendo da administração municipal, com sua estrutura remodelada e sua atividade incentivada, o meio natural do aproveitamento dos recursos que, paralizadas as causas da inflação, necessariamente influirão para o interior.

E’ neste sentido, com esta relevância, que o Municipalismo merece o nosso apoio, certos como estamos de que, nesta ordem de idéias, não cabe a acusação de anacronismo à nossa tese. E’ pena que o brilhante espírito de OLIVEIRA VIANA, haja se obnubilado, deixando de considerar o municipalismo em seu aspecto racional e prático, em face do problema de reorganização nacional, para condená-lo como forma de uma caduca culturologia de base territorial, e erigir em seu lugar um tipo ainda indefinido, de base nacional. Nesta idéia reversa vejo apenas a consequência do erro muito freqüente de se exagerar o sentido da *mu dança* a que se referiu KILPATRICK.

O Brasil ressalta o que há de aberrante no Estado constituído em linhas cooperativas, com anulação do sentido territorial da associação. O problema que defrontamos ainda é o problema primário da empresa civilizadora, — problema territorial. O sociólogo fluminense em contradição com as suas próprias idéias, exprimiu a realidade quando disse:

“Nossa política econômica tem que se conciliar com os imperativos de nossa política demográfica”... Povoar os nossos grandes vácuos demográficos do interior, organizar a pequena propriedade territorial e o pequeno urbanismo, pondo o conforto da civilização ao alcance das populações rurais — eis a diretriz da nossa política social”.

Nesse caso, concluo, libertemo-nos da tela embaraçosa das idéias, que, no trato do problema primário que é êsse, é o nosso, são extravagâncias, — extravagâncias que prejudicam o acêrto da diretriz, desnorteiam a marcha de nossa culturologia que, em vez de caminhar rumo ao interior, espalhando o progresso, gira, como em círculo vicioso, em tórno de algumas poucas cidades, por efeito da centralização e das instituições que representam em nosso meio a tendência de substituir o funcional pelo territorial, e criar o regime como um arranha-ceu plantado no deserto.

Entre nós, pelo menos, a província e o município não podem ser considerados formas caducas. Nem o serão em parte alguma, porque, se a sociedade sente hoje a necessidade de organizar-se em linhas funcionais regredindo a formas que o século XIX considerou caducas, não deixa de sentir também a necessidade de organizar-se na base territorial. Nossa primeira tarefa deve ser a boa organização na base territorial, em que o municipalismo tem a sua missão a cumprir — a missão, de desenvolver o espírito da comunidade, que é a cooperação entre vizinhos antes de ser a associação entre profissionais do mesmo ofício.

Desculpai-me, Senhores Congressistas, se avancei o sinal entrando em apreciações sobre a matéria que é a razão de ser de vossa presença, e deixando para o fim a alvoroçada saudação com que a *Associação Brasileira dos Municípios* vos recebe neste cenário que relembra os primeiros passos da civilização na terra brasileira. Saudovos com a alma cheia de esperança, acreditando firmemente que, pela vossa coesão, o movimento municipalista, — vencida sua primeira etapa, limitada à reivindicação de maiores rendas para as administrações locais, com os resultados conhecidos, os quais, ainda agora, só podem ser frutos raquíticos, não deixará também de alcançar os outros e mais altos objetivos, pelos quais o problema do município se converte no problema nacional.

Aqui está, diante de V. Exa., Sr. Presidente da República, já não direi apenas a alma, mas o próprio corpo, o retrato fiel do Brasil. Estão aqui homens que trazem as características de sua procedência; do extremo-norte, do nordeste, do sul, do leste, do oeste, descendentes de várias etnias que formam o nosso complexo demográfico, portadores de ideologias diversas, reunidos, porém, por um sentimento comum e que os levou ao exercício da função pública: o desejo de bem servir à Pátria servindo ao Município. De mãos calejadas, mas limpas, de vèzes modestas, mas honradas, de atitudes simples, mas dignas, retratam êles a própria imagem do Brasil, na diversidade de suas áreas fisiográficas, na variedade de suas características culturais, na diversificação de seus tipos sociais. Defrontam-se êles com o supremo magistrado da República, não somente para lhe dirigir a saudação cordial que ora lhe transmitem, mas para lhe afirmar também que trazem, com o movimento municipalista, as linhas gerais de uma renovação da vida administrativa das uni-

dades fundamentais, como base para a inadiável reforma que venha a estabelecer, pela reestruturação dos quadros orgânicos, o equilíbrio político, social e econômico do Brasil.

O pensamento político de V. Exa., transmitido à Nação no memorável discurso de Belo Horizonte, representa a significação de que o movimento constitui uma tarefa a realizar. Encontra-se V. Exa. com os administradores municipais para uma troca de idéias, e para recolher o pronunciamento não de um político, nem de correntes políticas, e sim dos legítimos representantes do povo brasileiro: seus prefeitos e seus vereadores. São êstes prefeitos e vereadores que dirigem ao Presidente da República as suas saudações mais efusivas, na certeza de que elas se envolvam na bandeira das reivindicações, que, embora sendo municipalista, se destinam à própria reconstrução nacional.

A V. Exa., Sr. Governador Lucas Nogueira Garcez, transmitem igualmente sua homenagem os municipalistas aqui reunidos; e o fazem não apenas ao chefe do Governo do Estado que tão cativante e generosamente nos acolhe, mas sobretudo ao companheiro eminente, o administrador que não perde o contato com as populações do interior, através de encontros constantes com as administrações municipais, de profícuos resultados para a administração pública paulista. — V. Exa. planifica sua obra de govêrno auscultando os interesses do interior, indo sentir em cada município suas necessidades para que possa encontrar também soluções de interesse geral. Bem haja o administrador que assim o faz, porque vai haurir nas próprias fontes de vida brasileira a palpitação de seus anseios e as sugestões que permitam administrar em bem da coletividade paulista.

A homenagem que ora prestam a V. Exa., Sr. Governador Lucas Garcez, estende-se ainda aos chefes dos governos estaduais que aqui vieram ou se fizeram representar, partilhando conosco desta hora de júbilo cívico. Saudamos aos preclaros administradores, certos de que, ao contato com os homens representam o cerne da nacionalidade, venham aliar-se também a nossa jornada trazendo-nos as lições de sua experiência e as luzes de seu descortino.

Meus Senhores :

No momento dramático de sua batalha, CONSTANTINO recebeu de Deus, através do sinal que surgiu no ceu, o estímulo para a vitória que não lhe tardou. Valeu-lhe a crença, animou-o a fé, crença a fé que o levaram a seus grandes triunfos.

Desfraldando a bandeira municipalista, e aqui congregados neste II Congresso para o novo exame de nossos problemas e de nossos direitos, os municipalistas brasileiros oferecem ao Brasil a esperança de que não lhe faltarão dias melhores. Aqui está o Municipalismo sinal com que o Brasil se depara nesta encruzilhada de sua vida, mostrando a Nação o rumo a seguir, o ideal com que se alcançará a vitória almejada.